

XXIX Encontro Anual da ANPOCS

25 A 29 de outubro de 2005

GT 23 – Sociologia Econômica

SESSÃO 2 Título: Dinâmicas territoriais de desenvolvimento

Título do Trabalho: Reestruturação produtiva, trabalho e dinâmicas territoriais: o caso do Barreiro na cidade de Belo Horizonte/MG.

Cássia de Fátima Silva Oliveira Rosa*
Antônio Moreira de Carvalho Neto**

* Mestre em Ciências Sociais: Gestão de Cidades pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

** Doutor em Administração, professor do Mestrado em Ciências: Gestão das Cidades da Pontifícia Católica de Minas Gerais.

INTRODUÇÃO:

A crise experimentada pelo capitalismo a partir dos anos de 1970, ao formatar um novo paradigma de desenvolvimento econômico, alterou a organização dos sistemas produtivos e trouxe implicações para as relações sociais de produção, impactando especialmente os territórios. Esta conjugação de relações entre sociedade, economia e espaço constitui um campo de problematização no qual este artigo se inscreve.

Segundo Benko (1996), o processo de reterritorialização das atividades produtivas denota uma menor dependência da produção em relação aos recursos e fatores locais, promovendo o esgotamento de antigas regiões produtoras. Neste contexto, o território deixa de ser mero suporte para novos empreendimentos e, na sua produção ocorrem não só fatores produtivos, mas, sobretudo, relações sociais, que produzem de forma conjunta formas de apropriação e de uso do espaço, configurando novas espacialidades. Na atualidade a noção de território apresenta uma diversidade que nos coloca perante várias possibilidades de percebê-lo, compreendê-lo e sistematizá-lo, trazendi a visão de uma realidade complexa e dinâmica, incluindo a noção de patrimônio sócio-cultural, e a permanente necessidade de mobilização do capital social, dos recursos e competências locais e da co-responsabilidade num processo de desenvolvimento econômico sustentável, estabelecendo novas formas de cooperação e de negociação de conflitos.

Territorialidade é entendida como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence, pressupondo no território a preocupação com o destino e com a construção do futuro, além de compreendê-lo como área de vivência e de reprodução (Santos e Silveira, 2001).

Mas, quando queremos conhecer a dinâmica de um território, não nos interessa conhecer apenas dados quantitativos globais, já que o território não é uniforme, monolítico, e sim um todo dividido em partes que se diferenciam, dando a impressão de fragmentação, de território partido. Porém, todos estes fragmentos formam um território único. Este território dividido, multifacetado, pode ser melhor compreendido quando visto a partir de suas partes, a partir das considerações das diferenças territoriais e de formatos diferentes. Assim, os mesmos acontecimentos se concretizam e impactam em diferentes fragmentos do todo.

Sposati (2001), quando se refere à idéia de pedaço, nos adverte que é preciso entender que pedaço só o é por ser parte, isto é, por não ser o todo, e que o pedaço só tem significado quando se encontra no todo.

Para esta autora, quando nos “encontramos” com uma das partes da cidade, não estamos nos relacionando com matéria inanimada, isolada, morta, mas com um pedaço vivo que se

relaciona influenciando e sendo influenciado pelas outras partes, com outros espaços físicos, que são capazes de “entrelaçar histórias, geografias, vidas e lugares”.

Neste sentido, os estudos intra-urbanos têm se tornado relevantes para levantar informações sócio-econômicas e espaciais, para tornar as cidades mais transparentes e inteiras, com todas as suas contradições e diferenças.

A dinâmica territorial aqui é entendida dentro de conceito formulado por Villaça (1998):

“chamaremos de estrutura um todo constituído de elementos que se relacionam entre si de tal forma que a alteração de um elemento ou de uma relação altera todos os demais elementos e todas as demais relações. As estruturas são dotadas de movimento e o grande desafio intelectual reside em desvendar a fonte desse movimento. São considerados elementos dessas estruturas o centro principal da metrópole (...), os subcentros de comércio e serviços,...), os conjuntos de bairros residenciais segundo as classes sociais e as áreas industriais (...) como os sistemas de transportes e de saneamento” (Villaça, 1998:12).

A eleição da região do Barreiro como objeto empírico de nossa pesquisa prende-se ao fato de ser este um território cujo processo histórico de desenvolvimento reflete as transformações paradigmáticas e por ter o Barreiro, e em especial a V&M do Brasil, uma significação simbólica e real no progresso e no desenvolvimento da cidade de Belo Horizonte e do Estado de Minas Gerais.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, classificando-se no campo das pesquisas descritivas de caráter exploratório, e que utilizou como estratégia de investigação o “estudo de caso”.

O objetivo geral deste artigo é compreender as implicações da reestruturação produtiva, em especial as ocorridas na V&M do Brasil S/A (antiga Cia. Siderúrgica Mannesmann S/A), nas transformações da configuração do trabalho e nas novas dinâmicas da produção do espaço da região do Barreiro, dentro da cidade de Belo Horizonte. A investigação requereu a adoção de análise documental, como a análise do “Livro de Ouro” da Mannesmann e dos Relatórios Anuais de Diretoria; de entrevistas semi-estruturadas e da observação participante da pesquisadora, cuja trajetória de vida tem relação direta com o território em foco, trabalhando há mais de vinte anos em empresa familiar atuante no Barreiro e no seu entorno.

O artigo está estruturado em duas partes. Na primeira parte discutimos aspectos relacionados à reestruturação produtiva e a nova dinâmica territorial; abordamos a questão dos impactos da globalização na configuração espacial e discutimos o espaço local na ótica de uma economia global. Por fim, discorremos sobre “Teoria do Crescimento Endógeno”, na qual nos embasamos para analisar as transformações do território do Barreiro.

Na segunda parte deste artigo apresentamos a análise do caso estudado. Inicialmente, aspectos do processo histórico de formação da cidade de Belo Horizonte e do Barreiro são trazidos, fazendo uma breve correlação de fatos da história da política nacional e estadual que influenciaram o desenvolvimento da indústria de Belo Horizonte, e, em especial, os referentes à presença da siderúrgica Mannesmann no território do Barreiro. A partir das entrevistas com agentes econômicos e sociais locais, procuramos apresentar de forma detalhada a percepção destes agentes sobre os processos de mudanças, permanências, e de consolidação de novas formas estruturais da indústria e do comércio, procurando entender os fatores específicos destas mudanças, enfatizando também, as práticas políticas que influenciam no crescimento e no desenvolvimento social e econômico do Barreiro.

A infraestrutura industrial instalada na Cidade Industrial de Contagem, a instalação da Fiat Automóveis S/A na cidade de Betim¹, a V&M do Brasil S/A, instalada na Região do Barreiro na cidade de Belo Horizonte e a localização estratégica desta infraestrutura em relação ao eixo viário que liga o Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, são fatores importantes na instalação de novas indústrias no Barreiro; segundo os entrevistados, formam um parque industrial baseado em novas formas de organização da produção, com estruturas baseadas em sistemas tecnológicos avançados.

A Mannesmann fez do Barreiro, desde a década de 1950, um importante centro industrial não só para a cidade de Belo Horizonte mas para toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte, tendo um importante papel no desenvolvimento urbano e econômico, sendo responsável pela industrialização, pelo desempenho da siderurgia e metalurgia da região, pela formação de mão de obra qualificada e surgimento de um terciário forte na região.

No entanto, no final da década de 1980 e início dos anos de 1990, a Região do Barreiro perde o seu dinamismo econômico, só voltando a crescer, mais tarde, a partir da implantação de novos segmentos industriais na região, agora impulsionada também, pela cadeia produtiva do setor automobilístico.

A reestruturação produtiva ocorrida na V&M do Brasil S/A diminuiu quantitativamente o número de trabalhadores e impôs uma maior qualificação dos mesmos, impulsionando o surgimento de novas indústrias. No entanto, a soma dos postos de trabalho gerados na região não foi capaz de reverter o quadro de desemprego, e obrigou às administrações municipais de Belo Horizonte e das cidades do entorno a desenvolverem políticas públicas de desenvolvimento local e de políticas sociais para inserção e qualificação da mão de obra local e de políticas sociais para inserção e qualificação da mão de obra local.

1 – Contagem, Betim e Ibitiré são municípios que fazem fronteira geográfica com a grande região do Barreiro.

Cabe destacar também, que o desenvolvimento econômico e do emprego na Região do Barreiro tem na indústria a responsabilidade pelo crescimento do setor terciário.

1-REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, TRABALHO E DINÂMICAS TERRITORIAIS

1.1- Reestruturação produtiva e trabalho

No final dos anos de 1960 e início de 1970, quando o modelo de industrialização fordista instaurado nos países centrais começa a dar sinais de enfraquecimento, o Brasil apresentava do Produto Interno Bruto (PIB) de 11,2%, chegando a 14% em 1973 (Giambiagi, 1988).

Como lembra este autor, o processo de industrialização do Brasil, ocorrido entre as décadas de 1950 e 1970, emergiu das necessidades impostas pelas políticas cambiais, do comércio exterior e da forte presença do Estado através do programa de substituição das importações, e não em decorrência de potencialidades existentes. Conseqüentemente, surgiram indústrias, principalmente de bens de consumo durável, sem a correspondente integração com indústrias de base.

Diferentemente dos países centrais, nos países semi-industrializados, entre os quais se inclui o Brasil, ocorreu um processo de industrialização no período entre crises (1930 e 1970) via substituição das importações, com o papel forte e ampliado do Estado, que não permitiu a formação espontânea de organização e representação dos interesses trabalhadores, com o comprometimento da lógica do consumo e de estímulo à produção de massa (Cocco, 2000).

Esta versão incompleta, precária e por vezes contraditória do fordismo, para alguns autores é denominada “*fordismo periférico*”. Esta classificação se dá em virtude da industrialização tardia ocorrida nestes países, chamados de periféricos ou do “terceiro mundo”, sem a correspondente transformação social (Lipietz,1991).

A partir do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil entra em crise e a economia para de crescer, esgota-se a capacidade de autofinanciamento do setor produtivo e de mobilização de poupança compulsória pelo Estado. Esgota-se, portanto, o padrão de intervenção do Estado que viabilizara o fordismo periférico. A economia brasileira entra em recessão, ocorre um aumento generalizado de desemprego e decréscimo nos salários reais. O PIB deixa de crescer durante quase uma década, determinando a chamada “*década perdida*” (Giambiagi,1988).

A forma abrupta como ocorreu a entrada do Brasil no comércio internacional, a característica das indústrias brasileiras que se achavam protegidas por barreiras de entradas e a redução das barreiras tarifárias e não tarifárias, obrigaram as empresas brasileiras a se reestruturarem e a reduzirem seus custos, objetivando a competitividade para enfrentamento da

concorrência externa, uma vez que a rentabilidade destas empresas ficou gravemente comprometida (Pochmann, 2000).

Para este autor, a reestruturação industrial brasileira no início dos anos de 1990 caracterizou-se por um intenso processo de *downsizing*, adoção de novas técnicas de gerência e de produção com uso intensivo da automação.

A conjugação de reestruturação produtiva e programa de liberalização econômica fez aumentar a utilização de insumos e componentes importados, ocasionando a fragilização de alguns setores industriais, com o desdobramento desta fragilidade por toda a cadeia produtiva. Ocorreu na estrutura industrial brasileira uma queda da participação dos setores ligados aos bens de capital – máquinas e equipamentos- e um crescimento dos setores de bens de consumo (Mattoso, 1998).

A partir de 1994, com a valorização cambial do Plano Real, houve uma redução das condições de concorrência das empresas nacionais, já que os produtos importados tornaram-se relativamente mais baratos e mais competitivos que os produtos nacionais.

Num contexto geral, o Real trouxe a estabilização econômica e gerou crescimento. Por seis anos consecutivos ocorreram crescimentos em média de 3,3% no PIB, que não crescia desde o final da década de 1970. No entanto, se a economia crescia o emprego não respondia da mesma forma, diferentemente do paradigma fordista de relação direta entre o aumento do PIB e do emprego.

A década de 1990 apresentou um decréscimo no nível de emprego formal da economia com um crescimento acelerado do número de trabalhadores no setor informal.

Os anos de 1990 representaram para o Brasil um período de intensas mudanças. No final da década, o Brasil acumulava mais de cinco anos de estabilização dos preços em consequência da implantação do Plano Real; contava, também, com uma forte redução do papel do Estado através das privatizações (Baumann, 2000).

1.1– Reestruturação produtiva e dinâmicas territoriais

Ao longo do século XX, a sociedade capitalista desenvolveu um padrão de crescimento pautado num processo de concentração e na utilização de tecnologias que eram viáveis desde que fossem aplicadas por grandes indústrias. Como estas tecnologias possibilitavam economias de escala, elas estimulavam a monopolização por promoverem a concentração de estruturas produtivas.

Este processo de desenvolvimento capitalista resultou no surgimento de regiões altamente concentradoras de indústrias e outras regiões bastantes desindustrializadas, demonstrando que esta polarização era resultado da dinâmica econômica.

Com estas constatações, François Perroux sugeriu a criação e implementação de “pólos de desenvolvimento” para estimular as regiões desindustrializadas e superar os desequilíbrios regionais. As premissas subjacentes a estas políticas eram de concepção de um desenvolvimento centrífugo a partir de alguns setores – indústrias motrizes- e de alguns pólos de desenvolvimento que, através de mecanismos de mercado e de apoio da política de desenvolvimento regional, alcançariam altas e crescentes taxas de crescimento, permitindo, assim, a difusão espacial do desenvolvimento até territórios menos providos de indústrias; com baixos custos de energia, transportes e mobilidade; com a capacidade do Estado para geração de desenvolvimento através de políticas públicas e a idéia de que a tecnologia moderna só se aplicava eficientemente nas grandes estruturas (Perroux,1978; Adaylot, 1994).

Como resultado de políticas baseadas nestas premissas originou-se um desenvolvimento de crescimento quantitativo que desconsiderava as possíveis conseqüências sociais, políticas e ecológicas nos territórios (Adaylot, 1994). Para o autor, as premissas que propiciaram o desenvolvimento regional, desde o início da crise econômica em 1970, não mais foram verificadas. Além disso, as estruturas rígidas e altamente centralizadas das plantas industriais do modelo fordista deixaram de garantir o desenvolvimento para as regiões. Conseqüentemente, o novo modelo de acumulação que emergiu rompeu com o padrão de organização do espaço moldado pela grande indústria.

Neste contexto, em virtude da atual dinâmica econômica, molda-se uma nova configuração espacial como conseqüência de dois movimentos: um macroespacial, resultante do processo de globalização e outro microespacial, resultante da globalização dos mercados e da urbanização da população (Baumann, 2000).

Para Krugman (1997), outra importante uniformização verificada a partir da globalização e que tem encontrado correspondente impacto sobre os territórios é o de ações de governos na atração de IED (investimentos externos diretos) que procuram maximizar a oferta de fatores locais agora entendidos não só como as vantagens comparativas estáticas (baixos custos de fatores e recursos), mas também as vantagens comparativas dinâmicas, como a gestão macroeconômica eficiente e estável, mão de obra qualificada, oferta de infra-estrutura e empréstimos públicos generosos, dentre outros.

Além destes aspectos macroespaciais atuando no processo de descentralização espacial da economia, temos os aspectos microespaciais.

Tem ocorrido nos grandes centros urbanos, principalmente nas metrópoles, o fenômeno de deseconomia de aglomeração, que contribui para que partes do capital e da população que migrariam para estes centros se mantenham em localidades de menor porte, fortalecendo as economias locais (Santos, 1996).

Outro fator que tem surgido é o movimento de deslocamento de indústrias das grandes cidades para as médias e pequenas, onde encontram suficiente mão de obra e terrenos com custos inferiores aos dos grandes centros, com outras vantagens como melhor qualidade de vida para seus trabalhadores. Isto tem provocado o surgimento de novos empreendedores nos grandes centros urbanos, que criam para si e para outras alternativas economicamente viáveis para sua reprodução, já que os empregos tornam-se escassos. Conseqüentemente, observa-se uma tendência generalização de transformação das metrópoles antes industrializadas em centros de prestação de serviços especializados (Tabb, 1990).

No que tange aos impactos econômicos, há unanimidade de autores quanto à perda significativa da polarização das atividades industriais a partir da transferência para outras regiões de indústrias pautadas em processos produtivos moldados pelo uso intensivo de mão-de-obra e a correspondente concentração de atividades terciárias, principalmente as especializadas em serviços (Sassen, 1993).

Quanto aos impactos territoriais, boa parte dos estudos recai sobre o aumento de desigualdades e exclusão social, aliada à coexistência de duas cidades: a global e a local. Na cidade global, há um sentido de desenvolvimento específico, podendo ser voltado para as finanças e para empresas transnacionais. Na cidade local, observa-se uma falta de investimentos o que quase sempre determina uma estagnação ou até mesmo a decadência das mesmas (Ribeiro, 2000).

Para Sassen (1993), as mudanças no papel das cidades na atualidade, mudando de desenvolvimento pautado na industrialização para a terciarização provoca uma transformação na estrutura social, levando-a para uma composição dual, tanto no que se refere à estrutura de empregos como à de renda. Segundo estes autores, o mercado de trabalho ficaria polarizado por empregos de alta qualificação e renda e de empregos de baixa qualificação e mal remunerados. Disto, resultaria uma ordem espacial também dual.

Recentes estudos (Preteceille, 1996; Oliveira et al, 2003) concluem que, apesar do crescimento da desigualdade de renda nas cidades, a bipolarização não tem ocorrido de forma demarcada no espaço geográfico das metrópoles.

Para Preteceille (1996), para compreendermos as transformações nas grandes metrópoles é essencial que as observemos sob a luz do conceito de globalização, mas seria um

erro adotar este conceito como um paradigma teórico, pois a globalização não é capaz de produzir um entendimento sobre tudo que acontece nas metrópoles.

Cabe salientar que a nova configuração espacial impõe uma descentralização na gestão dos territórios, configurando uma nova realidade para as cidades.

Segundo Cano (1995), as modificações que estão ocorrendo em áreas metropolitanas têm provocado discussões e pesquisas que sugerem situações de “desconcentração espacial da produção” e outras pesquisas que evocam a ocorrência de “processos reaglomerativos industriais”.

Apesar destas pesquisas concluírem por uma efetiva crise metropolitana, elas sugerem que estas áreas passaram nas últimas décadas por duas fases bem distintas.

Quando a crise do modelo de acumulação fordista foi deflagrada, observa-se nestas áreas um declínio da atividade produtora industrial e um correspondente decréscimo nos empregos. Neste contexto, plantas industriais novas deixam de se instalar nestas regiões e algumas ali instaladas optaram por migrar para áreas periféricas.

Nestes estudos, as explicações para este fenômeno são duas: a primeira, recaiu sobre a resistência empreendida por trabalhadores, que contribuiriam para a desarmonia das relações de trabalho; e a segunda recaiu sobre as alterações da vida urbana, ou melhor, os processos de “desurbanização” oriundos das novas tecnologias que possibilitaram a desconcentração territorial das plantas (Fonseca, 1998).

Para o autor supracitado, os conflitos resultantes do binômio capital-trabalho revelam-se como fator social de importância significativa na origem da desconcentração produtiva do pós-fordismo. Como referido por Fonseca (1998), com o “fim do fordismo” a sociedade, os seus valores e as atitudes face ao trabalho modificam-se significativamente e os trabalhadores mais qualificados procuram melhores condições salariais e de trabalho, tornando-se esta uma questão de grande sensibilidade e impacto social.

As metrópoles tornam-se locais de atividades não relacionadas diretamente com a produção (serviços de apoio à produção), ou seja, tornam-se espaços de especialização produtiva onde são localizadas empresas de reconhecida importância e empresas multinacionais, onde são aplicados níveis elevados de capitais, com predominância de inovações.

Para Fonseca (1998), há uma tendência de concentração de capital relacionada à concentração geográfica que exerce grande controle sobre a produção anteriormente desconcentrada para outras áreas. As metrópoles experimentam uma transição de um modelo de crescimento extensivo para um modelo de crescimento intensivo, baseado na especialização de

determinadas áreas, o que pode significar uma requalificação industrial, com a indústria tradicional (grande empresa fordista) sendo substituída por empresas inovadoras, menores e mais horizontalizados. Configurando uma requalificação do trabalho nas áreas metropolitanas.

Este aspecto é de fundamental importância para compreensão das alterações no espaço, principalmente aquelas relacionadas às transformações territoriais e à localização industrial. As mudanças operadas na economia, no tamanho e na composição da força de trabalho produzem transformações no visual e no ambiente geral das áreas metropolitanas, em novas formas de organização da produção e dos serviços, em novos produtos e serviços destinados ao consumidor e em novos modelos de organização do espaço (Fonseca, 1998).

De uma forma geral, ocorrem mudanças em todos os níveis e podemos dizer que passamos de um desenvolvimento assentado em recursos naturais para um desenvolvimento “natural”, de um ambiente de produção (chaminés, estruturas rígidas) para um ambiente de consumo (Shopping, espaços culturais), de um papel empreendedor do Estado para um cenário de envolvimento dos setores público e privado (Benton et al,1993:221).

Neste contexto, o empreendedorismo urbano e o capital social evidenciam-se como princípios necessários às comunidades para o desenvolvimento de economias locais e a competitividade num quadro de globalização da economia.

O conceito de empreendedorismo urbano foi desenvolvido por David Harvey em 1989, e está relacionado ao empreendedorismo dos governos locais, que emergiu a partir da redefinição geo-política da produção e consumo e do esgotamento do padrão de funcionamento do Estado nos moldes “Keynesiano”, ou seja, um Estado desenvolvimentista, centralizador.

A governança local assume uma dimensão empreendedora, estratégica, dominante e distinta nos diferentes territórios, orientando uma espécie de mercantilização da vida urbana, com governos locais pró-ativos, procurando dentro do cenário urbano parcerias voltadas para a produção econômica local (Borja e Castels, 1996). Sendo o capital social expresso pela capacidade das pessoas trabalharem em conjunto, em grupos e organizações que constituem a sociedade civil para a persecução de objetivos comuns (Fukuyama,1996:21-22).

Para Putnan (1996), existem outras formas de capital social, como as normas e as cadeias de relações sociais, que assumem importantes papéis na governança local. Giddens (1991:104), destaca as relações pessoais e o pensamento contrafactual orientado para o futuro.

O empreendedorismo urbano é definido como um conjunto de ações governamentais que refletem nas instituições e nos ambientes urbanos construídos, potencializando a vida econômica local a partir da construção de novos padrões e estruturas urbanas de produção, mercado e consumo. A criação de uma “imagem urbana” acoplada à associação público-privada

de investimentos na construção de “espaços urbanos especulativos”, cujos objetivos são econômicos e políticos imediatos, são os aspectos mais importantes e que caracterizam o empreendedorismo urbano Harvey (1989).

A economia global apresenta-se hoje como uma nova realidade histórica diferenciada da economia mundial, que segundo Castells(1999:111), se consolidou a partir do século XVI, com o processo de acumulação de capital constituído em todo o mundo Ocidental, sendo que a diferença básica, entre uma e outra, é a enorme capacidade que possui a economia global de funcionar de forma unitária em tempo real, em escala planetária. Para Castells (1999), a força integradora da economia global é sustentada pelos avanços propiciados pelas tecnologias de informação e de comunicação, no final do século XX.

Segundo Sassen (1998), a estrutura social local das cidades, são afetadas pelos processos globais, criando novos padrões de desigualdade social urbana. No entanto, para esta autora, o espaço local não perdeu sua importância com o avanço das tecnologias de informação e de comunicação, pois, com a dispersão das atividades econômicas da economia da globalização, as cidades adquiriram novas formas de composição do capital e de centralização territorial, associadas aos novos arranjos de gerenciamento e comando operacional dessas atividades em escala planetária .

Atualmente, os locais assumem crescentemente uma importância econômica, política e cultural, e de defesa pró-ativa do território e dos cidadãos. Este novo e estratégico papel que têm hoje as cidades e regiões, prende-se a dois grandes processos: o movimento de globalização e de competição global e as políticas de desenvolvimento local (Ferrão, 1995).

A necessidade das cidades de se promoverem como locais atrativos para a fixação de recursos (investimentos, emprego, equipamentos), leva as cidades a construir espaços de atuação não apenas ao nível nacional, mas também internacional. Este processo de perda da centralidade do Estado-Nação como escala fundamental e incontornável da elaboração e execução de estratégias econômicas, sociais e políticas tem implicações diretas e estruturais na vida dos indivíduos e dos grupos sociais e traz importantes conseqüências para as cidades (Ferrão, 1995)

A “descentralização parcial da nação” e a transferência de parte das suas atribuições para os níveis local-regional, tornam possível às coletividades territoriais darem respostas a desafios como a desmaterialização da economia, a degradação do ambiente, o desemprego e a necessidade de melhor formação profissional, a igualdade de oportunidades, a promoção da saúde e educação. Isto é algo de novo que surge em resposta aos problemas crescentes do Estado-providência. Perante a crise deste vemos o poder local assumir novas responsabilidades.

A emergência de localismos e regionalismos é uma das principais e mais significativas conseqüências do processo de globalização, o que pode ser constatado pelo ressurgimento, desde finais dos anos 80, do regionalismo na política mundial (Ferrão,1995).

1.3- Teoria do Crescimento Endógeno

A exposição e análise dos recentes processos ocorridos no Barreiro, especialmente os ocorridos nos anos de 1990, como nos propomos em fazê-lo, exigem a discussão de referencial teórico que nos permitirá apreender os aspectos que ganharam centralidade na produção da dinâmica territorial e, conseqüentemente, na produção de uma nova configuração do trabalho e da economia local.

Rallet (1996) nos faz refletir e compreender que não devemos estabelecer uma relação fechada de causa e efeito entre reestruturação produtiva e dinâmicas territoriais. Para este autor, a incorporação de novas tecnologias, principalmente as de informação e comunicação, transformaram os modos de trabalhar, a coordenação das atividades, as disponibilidades de bens e serviços, mas também os modos de vida e as representações espaciais.

No entanto, a incorporação de novas tecnologias não pode ser vista de forma isolada, como movimento único das relações sociais nas quais se inseriu e com as quais estabelece um diálogo.

As novas representações do espaço são segundo este autor, resultado de modificações que acontecem no interior dos processos de mudança na produção e uso do território, e tendem a ser resultantes de processos diversos em que os agentes da mudança, além de produzirem diversas ações, também disputam o sentido das ações correntes. Portanto, o novo espaço construído não resulta de um fato isolado.

Enfatizando estas percepções, a identificação das peculiaridades da estrutura produtiva vigente no território em análise foi realizada a partir da convicção de que esta estrutura é resultado tanto da incorporação de novas tecnologias produtivas e organizacionais como também de ações institucionais governamentais e de empresas. Além disso, foram considerados outros elementos presentes no processo de produção do espaço, particularmente o elemento econômico, para compreensão e apreensão das dinâmicas produzidas no território.

Como opção analítica de compreensão deste território, serão abordados aspectos da teoria do crescimento endógeno, que considera a impulsão de uma nova dinâmica territorial a partir da inserção na economia globalizada.

As teorias do crescimento datam a partir da crise de 1929 e se dividem em três fases.

A primeira fase refere-se ao período Keynesiano indo de 1930 a meados de 1970; a segunda fase refere-se ao período liberal, datando de meados da década de 1970 a 1990; e a terceira fase refere-se ao período chamado de crescimento endógeno, que corresponde aos anos de 1990 em diante (Mattos, 1998).

No período Keynesiano, buscava-se o desenvolvimento de regiões menos favorecidas, seguindo as considerações de Keynes, da necessidade de redistribuição de renda e políticas de bem-estar para impulsão do desenvolvimento econômico nestas regiões, numa tentativa de reversão dos desequilíbrios causados pelas economias de mercado (Amim, 2000; Mattos, 1998).

O papel assumido pelo Estado, de promotor de políticas públicas para o desenvolvimento, possibilitou o enfrentamento daquele considerado o maior problema oriundo de ações do mercado, a exclusão social causada pelo desemprego. Esta intervenção do Estado ocorreu em diferentes frentes, mas foram os incentivos na base das subvenções aos segmentos industriais e a implantação de infra-estrutura que garantiram a atração e a manutenção de empresas nas regiões escolhidas para potencializar o desenvolvimento.

Neste contexto, e apesar de o Estado influir diretamente na direção das economias, acreditava-se que maiores seriam as possibilidades de convergência de rendas nas regiões se houvessem reduções de barreiras para as forças de mercado (Amim, 2000).

As políticas de desenvolvimento empreendidas no período keynesiano contribuíram para o crescimento econômico e a geração de empregos em regiões de desenvolvimento desigual, comparativamente aos países centrais. Todavia, não foram capazes de proporcionar um crescimento auto-sustentável na base da mobilização de recursos e de interdependências locais (Amim, 2000:48).

Nos estudos de desenvolvimento regional, o segundo período da teoria do crescimento, denominado de liberal, inicia-se com as mudanças ocorridas no padrão produtivo, ou sejam, a partir das inovações emergentes da introdução de novas tecnologias informacionais e dos avanços tecnológicos dos sistemas de comunicação, de informação e de transportes ocorridos na transição do modelo fordista para o modelo flexível (Mattos, 1998).

Não se pode esquecer o componente complementar de mudanças na estrutura e na gestão das empresas, mais horizontalizadas e com uma cadeia produtiva muito mais extensa, composta por uma grande rede de empresas terceirizadas.

Nesta fase, são realçados os efeitos do fator tecnologia e a liberdade de mercado na constituição do novo cenário, evidenciando uma relação de causa e efeito entre crescimento econômico e progresso social. Relação esta, precedente da utilização de novas tecnologias, da capacidade comunicacional e da circulação de mercadorias. Assim, crescem as crenças de

eliminação de fronteiras pela tecnologia e da disseminação do conhecimento, especialmente do conhecimento técnico, a partir da globalização. Fica também evidenciada a descrença em ações intervencionistas estatais, como os planos de desenvolvimentos, como os utilizados pelos “pólos de crescimento”, bem como de políticas públicas para orientar interesses empresariais no enfrentamento dos desequilíbrios inter-regionais (Mattos, 1998:23).

A conjugação de novas tecnologias, inovações e políticas de desenvolvimento para a ampliação do crescimento econômico, induzem recursos e políticas locais que favorecem as empresas e aos interesses locais. Os processos sociais passam a serem identificados e modulados a partir de múltiplos agentes, que decidem e atuam motivados por diferentes interesses e valores. Os territórios passam a ser compreendidos não como suporte de empreendimentos econômicos, mas como espaços socialmente produzidos. A economia passa a ser vista não como estrutura resultante de jogo e determinações do mercado, mas como produto de influências coletivas que dão conformidade às ações dos indivíduos, inaugurando, sob a base destes princípios, a terceira fase da teoria do crescimento denominado de crescimento endógeno (Amim, 2000).

Segundo Mattos (1998), o núcleo da teoria do crescimento endógeno é baseado na conjugação de três fatores distintos: a) na capacidade de formação e de qualificação da força de trabalho; b) na capacidade de oferta de infraestrutura, de equipamentos e insumos e c) na existência de novos atores, organizações e instituições que possam garantir o conhecimento e a disseminação destes conhecimentos no espaço local.

Neste contexto, Amim (2000) observa que, no debate atual, os conceitos e as teorias formuladas tendem a dar maior importância para aspectos dinâmicos observados nas economias e nos distritos industriais locais. E também aos aspectos particulares, específicos destes espaços, mas que contribua para aumentar a competitividade destas áreas. Segundo o autor, estes conceitos apresentam-se de duas formas: teoria do crescimento endógeno e proximidade geográfica.

Na “teoria do crescimento endógeno”, as externalidades econômicas, aqui entendidas como os recursos de capital e de tecnologia, são amplamente reconhecidas. Porém, consideram-se os recursos e investimentos institucionais locais como vantagens competitivas das regiões, dando conformidade a uma especialização espacial. A relação com os organismos locais ganha novos contornos e estes passam a ser considerados potencializadores de competitividade regional.

Na “teoria de proximidade geográfica” destacam-se além das vantagens competitivas “formais”, as denominadas como informais: as vantagens de aglomeração, ou seja, vantagens

que são construídas a partir de valores e culturas compartilhadas. Vantagens baseadas em ações institucionais de fortalecimento da economia, reforçando a idéia de que as associações e os “vínculos de aproximação” são promotores do aprendizado e do conhecimento. Portanto, são considerados elementos de importância no processo de desenvolvimento local.

Para Verdi (2002), o movimento de reestruturação produtiva tem aumentado o número de empreendedores locais que, atuando em escala mundial, influenciam diretamente no crescimento das regiões, uma vez que obriga os atores institucionais e econômicos a investirem em novas formas organizacionais e em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, além de estimularem as micro, pequenas e médias empresas.

Com a estrutura de uma “nova economia” no âmbito local, caracterizada pela desintegração vertical a partir da extensão da divisão social do trabalho, são ampliadas as possibilidades de que empresas locais passem a fazer parte desta nova estrutura produtiva, através de terceirização e subcontratação de outras empresas locais (Benko, 1996; Verdi, 2002).

Nesta abordagem, a sinergia provocada pela conjugação de esforços moldados pelos interesses dos grupos econômicos e decorrentes dos investimentos institucionais para a capacitação dos recursos humanos, bem com dos acréscimos técnicos na região, garante às localidades uma vantagem locacional, que permanecerá mesmo com o deslocamento das empresas para outras regiões (Verdi, 2002).

De certa forma, verifica-se entre estes e outros autores, que o desenvolvimento regional é baseado no tripé formado por território-organizações-tecnologia (Stoper, 1999:46). Segundo este autor, a tecnologia e as organizações públicas e privadas, são, para os economistas e cientistas sociais ligados à escola de regulação, os elementos estruturadores do território. No entanto, ocorre atualmente um debate que privilegia o território como elemento básico de proximidade tanto de “*relações sociais, como de relações históricas e institucionais que podem limitar ou potencializar o desenvolvimento*”. Portanto, conclui o autor, no desenvolvimento regional não deve prevalecer um ou outro elemento da tríade, mas uma conjugação de fatores (Stoper, 1999:47).

2 –BARREIRO: NOVA DINÂMICA TERRITORIAL EM CONSTRUÇÃO

A segunda parte deste artigo subdivide-se em dois tópicos. O tópico 2.1, pretende discutir a formação histórica de Belo Horizonte e o desenvolvimento de sua indústria.No tópico 2.2 apresentamos os resultados da investigação analítica.

2.1 – Belo Horizonte: MetrÓpole e Desenvolvimento

Belo Horizonte foi planejada para abrigar uma população de no máximo 200 mil habitantes e destinada para a centralidade político-administrativa de Minas Gerais. Desde o seu planejamento, foi concebida para não ser um pólo econômico, para não ter vocação industrial, mas para ocupar o papel de rearticulação e de integração estadual. Portanto, voltada para a especialização funcional (Paula e Monte-Mór, 2003).

Apesar de não ter sido planejada para as atividades industriais, estas cresceram significativamente por algumas décadas e fizeram com que a cidade ocupasse o primeiro lugar entre os municípios mineiros industrializados em 1946, sendo responsável por 14% do valor da produção industrial do Estado (Singer, 1968 Apud Paula e Monte-Mór, 2003).

A Cidade Industrial de Contagem representou um marco fundamental para o desenvolvimento de Belo Horizonte e foi inaugurada em 1946. Mas, desde princípios de 1940, teve início um movimento de transferência de indústrias para os municípios do entorno de Belo Horizonte, que possuíam áreas que possibilitavam a expansão industrial. Esta tendência de transbordamento da indústria para além dos limites de Belo Horizonte é uma característica que nos dias de hoje tornou-se hegemônica. (Paula e Monte-Mor, 2003).

Fechado o ciclo da primeira fase da história de Belo Horizonte, marcada pela presença do Estado e pelo encerramento de implantação da Capital Mineira, a segunda fase, emerge com a força do capital, ainda que contando com a forte atuação do poder público das três esferas (federal, estadual e municipal) na implantação de infra-estrutura.

No período de 1950 a 1980, acompanhando a tendência brasileira, Belo Horizonte apresenta acréscimos consideráveis na sua economia, no setor industrial e em sua demografia, com uma taxa de crescimento populacional anual médio de 7% entre 1950 e 1960 (PBH, 1985 apud Paula e Monte-Mór, 2003).

O crescimento industrial de Belo Horizonte se deu a partir das atividades minero-metalúrgicas, sendo a cidade considerado espaço de produção e concentradora de serviços de apoio a estas atividades. A expansão do setor teve o seu momento de consolidação nas décadas de 1950 e 1960, com a inauguração da planta da Siderúrgica Mannesmann, em 1954, no Barreiro (Paula e Monte-Mor, 2003:15).

A chegada da Mannesmann conferiu ao Estado lugar de destaque na economia nacional, passando a empresa a significar o próprio mito do progresso, “*a materialização em pedra e cimento de interesses políticos que durante todos esses anos, desde o Decreto de 1941, envolveram uma série de ações...*” (Neves, 1994:36).

A implantação da Usina Barreiro, na época uma das mais modernas instalações da América do Sul, e seu conseqüente crescimento industrial, ocupando lugar de destaque entre as grandes siderúrgicas do país, trouxe visibilidade para a região que se expandiu, tornando-se um centro com grande afluência populacional.

A expansão do setor industrial de Belo Horizonte, que se apoiava em atividades mínero-metalúrgicas, portanto se consolidou na década de 1950 com a instalação da Cia.Siderúrgica Mannesmann. É nesta década também que ocorrem profundas mudanças na região, acompanhando a lógica nacional de progresso pautado na concentração industrial e no planejamento meticuloso e otimizado do processo de produção.

A indústria metropolitana de Belo Horizonte, segundo Neves (1994), experimenta a partir de 1956, e aproveitando recursos e o modelo de desenvolvimento pautado pela substituição de importações, um crescimento acima da média estadual e nacional, chegando a representar 49% das unidades produtivas no Estado e respondendo por 50% do número total de empregos no Estado.

A Companhia Siderúrgica Mannesmann, durante o período de 1956 a 1959, encontrava-se num processo de consolidação de suas atividades e de crescimento de sua produção.

No final da década de 1960, as possibilidades de crescimento industrial de Belo Horizonte começam a se limitar em decorrência da pouca área disponível aos empreendimentos industriais, incrementando o transbordamento das indústrias para áreas de cidades circunvizinhas iniciado na década de 1940, motivado também pelo custo da terra, além de outras externalidades negativas.

No entanto, no mesmo período, final da década de 1960, a economia mineira apresentou uma evolução superior à verificada no restante do país, dando início a um movimento de transformação da estrutura industrial do Estado. Dentre os fatores apontados por Santos (2002:21 apud Crocco 2003) como propulsores desta evolução destacam-se: existência abundante de recursos naturais, disponibilidade de infra-estrutura econômica, a existência de indústrias de base, como a de metalurgia e de cimento, além das indústrias extrativas minerais, posição geograficamente privilegiada do Estado, incentivos fiscais e aparato político-institucional de apoio à industrialização.

Segundo Santos (2002:32 apud Crocco,2003), a dinâmica econômica da segunda metade dos anos de 1970 consolidou o aglomerado urbano de Belo Horizonte, tornando-o um centro polarizador de toda a região central do Estado. Neste período, Belo Horizonte configurava-se como um centro produtor e irradiador de serviços, diversificados, com alta qualidade.

Para Paula e Monte-Mór (2003), Belo Horizonte foi durante décadas base de uma economia pautada num desenvolvimento assegurado pelas tecnologias de acumulação fordista, que beneficiaram tanto a cidade como o país. No entanto, Belo Horizonte não foi criada para ser palco de grandes indústrias, mas foi uma cidade criada para as atividades do terciário, sem, no entanto, ter se preocupado em explorar o seu patrimônio em termos de espaço cultural e de desenvolvimento científico e tecnológico.

Nos anos de 1980, a estrutura industrial de Belo Horizonte perde competitividade, crescem os segmentos modernos da indústria e os setores de comércio e serviço. Concomitantemente, o desemprego avançou, a renda dos trabalhadores decresceu, e a concentração de renda ampliou a pobreza e a exclusão social que se tornam mais visíveis em regiões metropolitanas como a de Belo Horizonte.

A década de 1990 é marcada por uma profunda transformação do modelo de acumulação capitalista, acoplada à liberalização comercial e financeira e ao processo de privatização e de desregulamentação dos mercados, aliados à reestruturação produtiva, como discutido anteriormente.

Em função da nova política brasileira de abertura do mercado, a partir de 1990, a Mannesmann realizou sua reestruturação produtiva, implantando uma série de investimentos tecnológicos, além de reestruturação operacional. Extinguiu a sua linha de aços especiais e redirecionou o foco da empresa para sua principal atividade, que é a produção de tubos de aço sem costura.

O ano de 2000 representou um novo marco na história da empresa, pois a então Mannesmann S/A passou a integrar o grupo europeu Vallourec & Mannesmann Tubes, fusão entre a francesa Vallourec e a alemã Mannesmannröhren-Werke, mudando a sua razão social de Mannesmann S/A para Vallourec & Mannesmann Tubes - V&M do Brasil S/A.

A economia da região do Barreiro, área industrial da cidade de Belo Horizonte, objeto de nosso estudo, sempre foi um reflexo da evolução industrial da V&M do Brasil. Foi a Mannesmann que deu impulso desde a década de 1950 à região, estimulando investimentos nos setores da indústria, do comércio e no mercado imobiliário.

2.2 – A Região do Barreiro: Estrutura produtiva e dinâmicas territoriais

Nesta parte do artigo, propomo-nos descrever a investigação realizada, com base em relatos empíricos, das implicações territoriais da reestruturação produtiva sobre a região do Barreiro, situada na cidade de Belo Horizonte, na década de 1990.

2.2.1 – A Siderúrgica Mannesmann e os novos setores industriais

A V&M do Brasil S/A, historicamente, sempre influenciou economicamente e socialmente o Barreiro e áreas do entorno. Mas, na atualidade, novos agentes têm disputado a organização territorial, estabelecendo uma nova intervenção na ordem social, política e econômica do território.

Os municípios que fazem limite com Belo Horizonte junto à região do Barreiro, nas últimas décadas, receberam os principais investimentos industriais da Região Metropolitana de Belo Horizonte, estabelecendo novas formas e relações com a força de trabalho, sendo este um dos fatores que evidencia as mudanças operadas no território do Barreiro.

A “Região Administrativa do Barreiro”, dentro da cidade de Belo Horizonte, é formada por 80 bairros e sua população em 2000, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), era de 262.192 habitantes, correspondente a um percentual de 11,71% do total da população residente em Belo Horizonte naquele ano (2.238.526 habitantes).

Até final da década de 1970, a importância da Mannesmann para o desenvolvimento do Barreiro foi inquestionável.

No entanto, a partir da década de 1990, a recuperação e o dinamismo da economia local são considerados pelos entrevistados como resultado da incorporação de novos processos produtivos e de novos setores industriais e do terciário.

A inserção de novos processos produtivos no território do Barreiro foi observada justamente a partir da Mannesmann, já que em 1990 é introduzido o uso de novas tecnologias organizacionais e depois, a empresa desenvolve processo de focalização em sua atividade principal, ou seja, a produção de tubos de aço sem costura, terceirizando várias atividades. Ambas as etapas foram acompanhadas de um processo intenso de cortes na mão de obra.

A política fiscal do Estado e as isenções do município influenciaram na atração destes investimentos para o Barreiro, ainda que a infraestrutura pré-existente, e a mão de obra qualificada do setor metal-mecânico fossem decisivos neste processo (Entrevista concedida por Diretor da AEDISI/UEB – Associação Pró Desenvolvimento Industrial e Comercial da Região do Barreiro).

Todavia, as novas indústrias que se instalaram na região não foram capazes de reverter o quadro de desemprego industrial verificado na região do Barreiro após a reestruturação produtiva da Mannesmann, ainda que tivessem ajudado a consolidar um decréscimo no desemprego geral, impulsionando setores como o de serviços (entrevista com um Gestor Público Municipal).

Neste contexto, a Mannesmann torna-se um importante exemplo na nova dinâmica que se assenta no Barreiro. A partir dos anos de 1990, e principalmente pela perda de competitividade da empresa no mercado internacional, fica evidente a necessidade de se reestruturar para reingressar no competitivo e seletivo mercado de aços. Para tanto, a Mannesmann é obrigada a modificar o seu projeto econômico, social e político cedendo, o lugar de empresa promotora do Barreiro, reduzindo intensamente o seu quadro de empregados.

Com a reestruturação produtiva da Mannesmann, um novo padrão de produção e de acumulação é fixado na empresa, que, ao mesmo tempo, diminuiu a quantidade de postos de trabalho e impôs uma maior qualificação aos trabalhadores.

Neste cenário, os gestores públicos são obrigados a rever suas políticas, fomentando a presença de investimentos, através de incentivos fiscais e de melhor qualificação do trabalhador local, preocupando-se também com o enfrentamento das distorções sociais emergentes.

Para os entrevistados, são as indústrias do setor metalúrgico, impulsionadas pela Mannesmann, que reduziram em maior número os seus postos de trabalho. A introdução de novas tecnologias, simultaneamente, reduziu o número de trabalhadores nas indústrias e aumentou o volume de capitais e de produção nas empresas.

Entende-se, com isso, que a dinâmica decorrente é de aumento das atividades que dão suporte às atividades industriais tradicionais.

O processo, ainda em curso, é percebido pelos agentes locais como fator de diversificação da estrutura produtiva. No entanto, nos outros setores, como no de comércio e serviços, e não no secundário, é que se percebe acréscimos e maior diversificação.

Estes setores, de comércio e de serviços, são apontados nas entrevistas como os setores de maior incremento nos últimos 20 anos, revelando também que há uma dinâmica econômica no Barreiro, reforçada, provavelmente, pela reestruturação produtiva da Mannesmann, demandando outras formas de inserção no mercado de consumo através de trabalho mais precarizado e menos formalizado, e pela demanda por serviços ligados à educação e à qualificação do trabalhador.

Além destes incrementos, foram também observados a ocorrência de dinamismo nos segmentos de comércio varejista, de serviços médicos e odontológicos, e os relacionados à administração de imóveis, decorrentes da mudança e do fortalecimento do mercado imobiliário local.

Historicamente, a Mannesmann sempre influenciou, através do seu poder econômico e social (este representado pelo número de empregos diretos oferecidos), não só a região do Barreiro, mas todos os municípios limítrofes a esta região.

A infra-estrutura instalada na Região do Barreiro e na Cidade Industrial de Contagem, bem como a localização estratégica têm sido importantes fatores locacionais para a instalação de novas indústrias, que nos últimos tempos produziram novos contornos na disputa da organização territorial local, influenciando diretamente na destinação de recursos para infraestrutura fora do entorno da Mannesmann. É o caso dos recursos destinados ao Distrito Industrial Sócio-Integrado do Jatobá, estruturado para receber empresas de pequeno e médio porte, que recebeu este nome por estar dentro de um bolsão habitacional e comercial e por promover a integração social da região através da utilização de mão-de-obra local (entrevista concedida por Diretor da AEDISI/UEB).

O Distrito Industrial do Jatobá é o primeiro e único de Belo Horizonte, localizado na região do Barreiro, ocupando uma área de cerca de 3.900.000 m², com acesso fácil às principais saídas da capital mineira e servido por corredores como a Via do Minério e o Anel Rodoviário. Conta com novos atores sociais atuantes no desenvolvimento territorial e social da região do Barreiro.

Com a constituição de novos agentes sociais na região, ocorreram interferências importantes na ordem social e política da região, o que estimulou disputas e fusões, como é o caso da AEDISI (Associação dos Empresários do Distrito Industrial Sócio Integrado) com a UEB (União das Empresas do Barreiro), que transformou-se na AEDISE/UEB (Associação Pró Desenvolvimento Industrial e Comercial da Região do Barreiro).

A V&M do Brasil, pelo porte siderúrgico e pelo volume de capitais gerados na Região desde a sua implantação, teve o papel de maior importância no desenvolvimento tanto industrial quanto urbano/local, como também na indústria siderúrgica mineira e nacional pelo seu desempenho exportador. Desempenhou também papel significativo na geração de empregos qualificados.

A aparente “diminuição” da importância da V&M do Brasil em termos do número de empregos ofertados parece ser um dos fatores que levou a sociedade local a se desvincular um pouco da simbologia representada pela Mannesmann, que hoje busca a afirmação de uma nova identidade, mudando a sua formação de capitais, denominação e logomarca.

Segundo um dos gestores da V&M do Brasil entrevistado, a aparente perda de significado da empresa na economia local e até mesmo nacional, merece uma análise mais apurada.

De acordo com Flores (2002), a explicação do comportamento da indústria de transformação em Belo Horizonte sempre foi estreitamente ligada à V&M do Brasil. Entretanto,

nos últimos anos tem sido observado um decréscimo da participação da metalurgia na estrutura industrial de Belo Horizonte.

Ainda, segundo este autor, as atividades deste segmento estão fortemente concentradas, sendo que apenas uma empresa a V&M do Brasil S/A (antiga Mannesmann) concentra quase a totalidade do produto gerado (Flores, 2002:9).

Considerando as entrevistas realizadas com os gestores da V&M do Brasil S/A, nos últimos anos, principalmente a partir de 1999, a empresa tem mantido um comportamento semelhante, satisfatório, em decorrência das exportações. Portanto, a empresa não estaria em processo de redução de sua dinâmica na economia da Região do Barreiro, e de Belo Horizonte.

Segundo os entrevistados, o que vem ocorrendo é que na maioria das vezes os dados registrados pelos outros atores sociais da região estão articulados com dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda de Minas Gerais e com a apuração do ICMS. Como há isenção de ICMS nas operações de exportações, estas operações não são computadas para a V&M numa composição global nas atividades industriais, que computa apenas as operações internas (apuração de ICMS).

Para os gestores da V&M do Brasil S/A, e segundo Flores (20002), a aparente retração neste setor, principalmente na V&M do Brasil, está ligada de forma significativa com a redução do emprego e da renda na região do Barreiro, mas consideram que há uma cadeia produtiva local suportada por este segmento (V&M do Brasil S/A), que participa com uma grande parcela na formação do PIB industrial da região do Barreiro e de Belo Horizonte.

Os agentes locais, como a AEDIDI/UEB, Regional-Barreiro, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e SEBRAE, têm se esforçado para imprimir e disseminar no Barreiro uma nova imagem que evoca o território como sede de importante indústria siderúrgica, a Mannesmann, mas também como base de um terciário importante e do único distrito industrial da cidade de Belo Horizonte capaz de receber novas indústrias.

Todas as mudanças percebidas e descritas, além de serem instrumentos que se articulam, podendo produzir alternativas para o desenvolvimento local (social e econômicas), são também mudanças que emergiram de práticas e de ações dos agentes locais.

Nota-se, então, que neste contexto de reestruturação produtiva, novas questões são delineadas, estruturando políticas públicas de fomento ao desenvolvimento, práticas e ações das administrações públicas e da sociedade civil.

Quanto ao setor industrial, composto por indústrias, construção civil e serviços industriais de utilidade pública, segundo gestor municipal que corroborou com nossa pesquisa, ocorreu uma retração na década correspondia pelos anos de 1990.

2.2.2 - O processo de mudanças do setor terciário

As mudanças na composição do tecido empresarial têm se mostrado um dos aspectos mais significativos na reestruturação do espaço terciário do Barreiro.

Pelos relatos empíricos, até o início dos anos de 1980 as empresas do setor terciário estavam pautadas num modelo quase que homogêneo, localizado no entorno da Mannesmann e centrado em empresas de famílias locais, direcionadas aos funcionários da Mannesmann e população local. A partir de então, elas passaram a constituir um modelo de aglomerado do terciário bastante heterogêneo, onde empresas tradicionais, pequenas e familiares passaram a conviver e concorrer com grandes organizações de venda a varejo, com novas formas de comércio e com os camelôs, mas ainda localizadas nas áreas circunvizinhas à Mannesmann, e já exercendo influência sobre a vida de outras pessoas, de municípios limítrofes ao Barreiro.

Muitos são os fatores que modelam a mudança do padrão de localização das lojas do setor terciário. A reestruturação do setor terciário no Barreiro teve implicações diretas na implantação de novos corredores de transportes, na reorganização espacial do comércio e na redefinição da hierarquia tradicional dos centros comerciais que se expandiram para os centros de bairros e pela oferta de serviços intra-urbanos como o transporte, médico, hospitalar, educacional.

No Barreiro, tanto a população quanto o comércio se localizaram nas áreas do entorno da Cia Siderúrgica Mannesmann (hoje V&M do Brasil S/A). Nesta área geográfica estão as ruas de tráfego mais intenso, principalmente os corredores servidos pelo transporte coletivo de ônibus e pelo transporte ferroviário.

Com a implantação da Regional Barreiro, o processo de descentralização da administração pública municipal de Belo Horizonte acaba por “emancipar” o Barreiro, já que o comércio deixa de ter necessidade primordial de centralidade e sim de acessibilidade, devido à facilidade de deslocamento e de estacionamento de veículos devido à expansão do número de automóveis.

De forma geral, observa-se uma relação estreita entre duas variáveis, ou seja, entre o adensamento comercial e os eixos de circulação, uma vez que o comércio se encontra orientado para consumidores que possuem veículo próprio, ou que possuem bons níveis de mobilidade pessoal. Ocorrendo uma dialética da sociedade e do espaço, onde um atua influenciando e sendo influenciado pelo outro.

A desconcentração de plantas industriais e de pontos comerciais, implicam numa reorganização do espaço através da descentralização da população e do emprego e, principalmente, da desconcentração gerada pela necessidade de grandes superfícies para

implantação de novas unidades produtivas e de venda a varejo, como é o caso dos hipermercados.

Tanto as novas formas de atuação como as relações hoje presentes no território de Belo Horizonte dão uma nova formatação para a economia regional, e podem ser observadas de forma particularizada nos vários “espaços intra-urbanos” da Metrópole.

Estes “espaços intra-urbanos”, nos quais se inclui a Região do Barreiro, são áreas que possuem uma especificidade histórica, cultural, política e social que dão conformidade   economia local. Estas “várias” economias integram uma economia regional, são partes, portanto, de uma totalidade em movimento contínuo, e são pressionadas pelas administra es dos municípios integrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte e pelos agentes locais, pelos atores sociais locais.

As administra es públicas locais são colocadas na “dinâmica” por exigência dos agentes locais que induzem, pressionam estas administra es a darem respostas às atitudes e a es de outras administra es integrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

No entanto, observa-se que, apesar da importância da atua o dos gestores municipais, numa escala ampliada, na dimensão da região metropolitana, a economia “regional” fica comprometida pela falta de coopera o e acirramento de competi o entre os trinta e cinco municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Apesar das a es e estratégias dos governos municipais serem pautadas para o desenvolvimento “local”, aqui entendido como município, fica evidente a necessidade da amplia o da “escala local”, abrindo o debate e a reflexão para uma escala regional, baseada no entendimento de que o desenvolvimento do município, ou de parte dele, como   o caso da região do Barreiro, não pode ser desvinculado do desenvolvimento regional, aqui representado por uma escala de região metropolitana que, no nosso caso,   um conjunto de trinta e cinco municípios, com uma popula o de 4,5 milhões de habitantes que habitam uma área contínua, uma enorme região metropolitana.

No decorrer dos anos de 1990, a percep o da constitui o de uma nova estrutura produtiva, e a necessidade de preparar a popula o para ser incorporada por este reestruturado setor, demandaram dos governos acréscimos de investimentos na educa o. Segundo entrevista junto a um dos gestores públicos municipais, além deste incremento nos investimentos na educa o formal e profissionalizante, foram articuladas a es no sentido de expandir o número de vagas e de matrículas em Universidades no entorno do Barreiro, e a articula o entre os atores sociais locais.

Um dos exemplos mais citados nas entrevistas, e que revelam ações e estratégias envolvendo os atores locais, é a da presença da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, no Barreiro, a partir de 2001.

Para garantir a presença da PUC Minas no Barreiro a Prefeitura de Belo Horizonte, através de sua Regional Barreiro, doou á PUC Minas a área de terreno, de 36 mil metros quadrados onde foi construído um moderno e amplo campus universitário. A Mannesmann, além de participar desta mediação, assegurou o funcionamento da Universidade durante o período de construção do Campus, em prédio da Empresa, dentro do complexo da Usina no Barreiro.

Este episódio recente, demonstra que a questão do desenvolvimento local se tornou obrigatório na pauta de discussão e de articulação cooperativa de todos os sujeitos sociais na região e está presente na cooperação entre os atores, mesmo que de forma sutil e não formalizada. Os novos investimentos no território do Barreiro evidência o interesse de novas e antigas empresas como a Mannesmann, bem como a necessidade de se conjugar infra-estrutura e recursos humanos para a consolidação de uma nova economia na região.

2.2.3 – Regional Barreiro: a nova configuração do trabalho

A dinâmica territorial, derivada sobretudo a partir da reestruturação produtiva da Mannesmann, transformou a estrutura produtiva do Barreiro e recriou relações intra e inter setores, tanto quanto no ambiente inter e intra-urbano da “Regional Barreiro”, como na estrutura ocupacional deste território.

Os indicadores da inserção dos moradores do Barreiro no mercado de trabalho em termos gerais apresentam uma situação diferenciada das demais regionais de Belo Horizonte (Machado, 2002). O decréscimo no número de postos de trabalho oferecidos pela Mannesmann, incrementou o número de pessoas desempregadas na Regional Barreiro, nos anos de 1990.

Este percentual era de 19,4% em 2000-2001, ficando acima do verificado para quase todas as outras regionais, abaixo apenas da Regional Norte, sendo também um percentual superior ao percentual médio verificado para a cidade de Belo Horizonte, que ficou em 16,2%. No que diz respeito às taxas de desemprego aberto, a Regional Barreiro também é a que apresentou a maior taxa:12,6%. (DIEESE/SEADE/TEM/ Fundação João Pinheiro apud Machado, 2002).

Quanto ao perfil dos ocupados no mercado de trabalho da Regional Barreiro, no período 2000-2001, apresentava-se o seguinte, conforme dados em seguida: os assalariados no setor privado com carteira assinada representavam uma taxa de 44,1%, sendo este o maior

percentual verificado entre as regionais. Este percentual ficou bem acima do percentual médio verificado para a cidade de Belo Horizonte, que foi de 38,7% (Machado, 2002).

Já os assalariados no setor privado sem carteira assinada representavam uma taxa de 11,3%, sendo este também o maior percentual verificado entre as regionais, o que mostra que o maior grau de informalidade da cidade é o do Barreiro. Como aponta a literatura da sociologia do trabalho, informalidade tem relação direta com maior precariedade das condições de trabalho e remuneração.

No que se refere à taxa de ocupação no setor público, a taxa dos ocupados, é a menor entre as regionais, 8,6%, e bem inferior à taxa registrada para a cidade de Belo Horizonte como um todo, 13,6% (Machado, 2002)

Como pode ser constatado, o território do Barreiro caracteriza-se por uma população predominantemente ocupada no setor terciário, mesmo sendo a regional que exibiu a maior taxa da população ocupada na indústria de transformação. Ou seja, o Barreiro possuía no período de 2000-2001 uma taxa de ocupação na indústria de transformação da ordem de 19,1%, enquanto em Belo Horizonte a taxa média verificada foi de 12,4%. Sendo a população ocupada do Barreiro formada predominantemente por jovens (67,3% dos ocupados têm menos de 40 anos), enquanto que a taxa média em Belo Horizonte para a ocupação de pessoas jovens com menos de 40 anos foi de 64,1%, segundo Machado (2002).

No que se refere ao grau de escolaridade dos ocupados, no Barreiro, ocorre um baixo nível de escolaridade: 41,9% dos ocupados possuíam o Ensino Fundamental incompleto, 24% concluíram o Ensino Fundamental e somente 29,8% concluíram o Ensino Médio. Portanto, para os novos requisitos da reestruturação produtiva, que exige segundo grau completo (ensino médio), a mão de obra do Barreiro encontra-se desqualificada.

Para o conjunto de moradores da cidade de Belo Horizonte, segundo o gênero, a taxa de ocupação feminina ficou em 51% e a masculina em 66,9%. Para a Regional Barreiro, as taxas foram de 49,5% e de 68,8% respectivamente. O território do Barreiro, portanto, apresenta uma participação masculina maior, e uma participação feminina menor que a verificada para a cidade. Talvez isto seja explicado pela ocupação de seu território em volta da Mannesmann, a grande empresa fordista com o chão de fábrica masculino.

Quando fazemos um estudo comparativo dos rendimentos médios dos ocupados, a estimativa no período (2000-2001) para Belo Horizonte, em valores de junho de 2002, ficou em R\$770,00 (setecentos e setenta reais). Na Regional Barreiro, que exhibe a maior taxa de assalariados no setor privado com carteira assinada (44,1%) e também o maior percentual de

trabalhadores assalariados sem carteira no setor informal (11,3%), exibe um dos mais baixos valores para o rendimento, R\$529,00 (quinhentos e vinte e nove reais).

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que se empreendeu e que serviu de base para escrever este artigo foi motivada pelo interesse em compreender as mudanças que estamos presenciando em nosso cotidiano, no território do Barreiro e, principalmente, o de contribuir para a discussão de como a reestruturação produtiva origina estas alterações e movimentos e a forma como elas se concretizam no espaço.

Apesar de não termos a pretensão de generalizar, mas de compreender as mudanças e permanências no território do Barreiro, podemos afirmar que a nova dinâmica espacial ali verificada só pode ser explicada a partir da interpretação de uma base territorial ampliada, de fatos e fatores inseridos numa escala metropolitana que compreende trinta e cinco cidades, em especial aquelas que fazem fronteira com a região do Barreiro, marcada pela ocupação de empresas e grupos multinacionais que determinaram novas relações e novos costumes. Podemos também concluir que o Barreiro possui particularidades, normas e marcas, instituídas historicamente pelos atores sociais que organizam e disputam este território.

Quanto à configuração estrutural das atividades industriais no Barreiro, constatamos a existência de quatro aspectos distintos:

- efetivamente há uma nova estrutura industrial atuando no Barreiro, caracterizada por novos setores e segmentos industriais, de setores ligados à produção de auto-peças, borracha, plástico e de tecnologia que, de forma direta ou indireta, têm influenciado e provocado a reestruturação industrial;
- a localização destes novos setores e segmentos industriais, está fora do núcleo tradicional, especialmente no “Distrito Industrial Sócio Integrado do Jatobá” localizado na região do Barreiro e muito próximo ao núcleo tradicional;
- a nova dinâmica industrial do Barreiro e sua área de entorno, têm promovido uma maior integração do território a partir da complementaridade da economia no território “metropolitano”;
- a configuração do trabalho no território foi modificada. Apesar da taxa de trabalhadores na indústria ainda ser a maior, e a taxa dos trabalhadores no terciário ser a menor quando comparada às taxas verificadas no restante da Cidade de Belo Horizonte, o número de trabalhadores formais na economia do terciário é maior após os anos de 1990 que o número exibido pelo setor industrial.

A indústria automobilística presente no entorno da cidade de Betim, tem dinamizado a economia industrial metropolitana. Esta dinamização expande os fluxos econômicos e sociais, impulsionando uma nova configuração espacial metropolitana que supera, como já afirmamos acima, os limites administrativos e políticos das cidades. De certa forma, podemos concluir que, apesar da autonomia político-administrativa dos territórios municipais, estes são altamente influenciados pela economia e políticas implementadas em territórios circunvizinhos.

Este fator tem provocado uma reconstrução das relações e da gestão do território no Barreiro, pois, mesmo mantidas as delimitações administrativas, a interdependência das cidades na área metropolitana é provocada pela “rede industrial” que tem ampliado a estrutura produtiva através do estímulo e da sinergia originária dos novos e antigos segmentos econômicos como a siderurgia, representada pela V&M do Brasil S/A.

Esta interdependência determina uma complementaridade na economia, provocando uma maior integração territorial, tanto econômica como na sociedade, que passa a participar mais ativamente no processo de desenvolvimento local.

No que se referem aos investimentos públicos, estes são operados numa nova lógica. Antes, eram direcionados a setores e indústrias de forma individualizada. Atualmente, estes investimentos são mais direcionados à infra-estrutura que promova a dinamização da produção local, como a construção da “Estação Diamante” (que faz a interligação do transporte coletivo urbano), as redes de fibra ótica, a construção do “Via Shopping” interligado à estação de integração de transporte e a revitalização do centro comercial do Barreiro.

Neste sentido, foram identificadas as presenças de novos atores sociais, com postura mais reivindicatória, dentre os quais concorrem organizações que procuram intervir na disputa do direcionamento do desenvolvimento econômico local, incluindo aí a disputa pelos investimentos públicos de forma coletiva e não mais privada.

No campo político, as mudanças no modo de atuação administrativa a partir da nova composição político-partidária dos dirigentes municipais, a formação de novos atores coletivos e as mudanças nas relações entre estes, induziu à perda do controle político de segmentos econômicos politicamente dominantes sobre a administração pública. Esta mudança na composição política foi em grande medida promovida pelo crescimento de forças de oposição, tendo origem no ciclo de demissões e desemprego provocado pela reestruturação produtiva, principalmente do setor metalúrgico, e representada pelas lideranças que emergiram nos movimentos operários grevistas que ocorreram na Mannesmann e se disseminaram pela região.

O Barreiro, principalmente a partir dos anos de 1990, mudou suas características e formas de inserção na economia de Belo Horizonte. Antes, o Barreiro dependia quase que

exclusivamente da Mannesmann. Atualmente, apresenta-se como parte de um grande e complexo sistema metropolitano, possuidor de atividades diversificadas, principalmente comerciais, o que reduziu a sua dependência em relação àquela empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADAYLOT, Philippe. **Crise et Espace**. Paris: Econômica, 1994

AMIM, Ash. Uma perspectiva institucionalista sobre el desarrollo econômico regional. In: **Revista IPPUR**. Rio de Janeiro, Ano XIV, nº 2, 2000, p.47-68.

BAUMANN, Renato. O Brasil nos anos de 1990: Uma economia em transição. In BAURMANN, Renato (Org.). **BRASIL: uma década em transição**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BENKO, George. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

BENTON, L.M; LUCE, W.B; SHORT,J.R; WALTON, J.(1993) **Reconstructing the image of on Industrial City**. Annals of the Association of American Geographers, 83,2,pp.207-224

BORJA,Jordi; CASTELLS, Manuel. Local and global: the management of the cities in the information age. Istanbul, United Nations Center for Human Settlements, Habitat II, Istanbul, 1996

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração regional no Brasil: 1930-1995**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp. 1ª Edição, 1995

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. (Vol.I. A Sociedade em Rede). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

COCCO, Giuseppe. **Trabalho e Cidadania: produção e direitos na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 2000.

CROCCO, Marco Aurélio. O Desenvolvimento da Indústria em Belo Horizonte no início do Novo Século: análise e perspectivas. **Projeto PBH Séc.XXI**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2003. (www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/sub_pes_pbh.php)

FERRÃO, João. **Coletividades Territoriais e Globalização: contributos para uma nova acção estratégica de emancipação**. Lisboa, Inforgeo, 1995.

FONSECA, M.L. Lisboa: reestruturação produtiva e transformações urbanísticas numa capital periférica. In J.Gaspar; M.Vale (orgs.) **Desenvolvimento Industrial e Território**. Comissão de Coordenação da Região Centro e Centro de Estudos Geográficos, Coimbra,1998, pp.151-176.

FUKUYAMA, F. **Confiança: Valores sociais e criação de prosperidade**. Lisboa: Gradiva,1996.

GIAMBIAGI, F. **A economia brasileira nos anos do milagre: 1968/73**. Texto didático nº 34.FEA/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1998

LIPIETZ, A. **O Capital e o seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LIVRO DE OURO DA CIA SIDERÚRGICA MANNESMANN

MACHADO, Carlos Wagnr Costa. A Inserção dos moradores de Belo Horizonte no mercado de trabalho a partir das regiões e dos tipos regionais. IN: **Pensar BH**, elo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Ano I, nº3-Dezembro de 2002

MATTOS, Carlos. A Evolucion de las teorías Del Crescimento económico y crisis de la Enseñanza Urbano-Regional. In: **Cadernos do IPPUR**. Rio de Janeiro, Ano XII, nº1, 1998, p.15-29.

MATTOSO, J. **Brasil desempregado**. São Paulo: Fundação Abramo/Dieese. São Paulo, 1999.

NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho e Cidadania: trabalhadoras de Contagem**. Petrópolis: Vozes, 1994.

RELATÓRIOS DE DIRETORIA – V&M DO BRASIL (Anos de 1959, 1965, 2000 e 2001)

OLIVEIRA, André Mourthé et al. Trabalho e Cidade: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte-1980-91. IN: MENDONÇA, Jupira Gomes de; GODINHO, Maria Helena de Lacerda (Orgs.). **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

PAULA, João Antônio de; MONTE-MÓR, Roberto L.M. Módulo 1: Formação Histórica: três momentos da história de Belo Horizonte. **Projeto PBH Séc.XXI**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2003. (www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/sub_pes_pbh.php)

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 2000.

PUTNAN, R.O. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PRETECEILLE, Edmond. Segregação, classes e política na grande cidade. Rio de Janeiro: **Cadernos IPPUR** .UFRJ, vol X, nº 2, 1996.

RALLET, Alain. Globalização e deslocamento de atividades: o impacto das tecnologias de informação e comunicação sobre o emprego. In: **Cadernos do IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano X, Nº 1, 1996.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A.; SILVEIRA, Maria (Orgs.) **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, M.L.. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SASSEN, S. A cidade global: In LAVINAS,L; CARDEAL, L & NABUCO, M.R. (orgs.) **Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR, Hucitec, 1993.

SASSEN, S. **As Cidades na Economia Mundial**. São Paulo, Estúdio Nobel, 1998.

SPOSATI, Aldaíza. **Cidade em Pedacos**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

STOPER, Michel. La economias regionales como activo relcionales. In: Caderno IPPUR, Rio de Jnaeiro, Ano XIII, nº2, 1999, p.29-68

TABB, W. As Cidades mundiaisi e a problemática urbana: os casos de Nova Yoprk e Tóquio. In: VALLADARES, Lícia P. E PRETECEILLE, E (Orgs). **Reestruturção Urbana Tend~encias e Desafios**. São Paulo: Nobel, 1990.

VERDI, Adriana R. **Grupos Econômicos globais e territórios locais: alcatel e Renault no Brasil**. Tese de doutourado. São Paulo, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 2002

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.